CORREIO POPULAR
Publicado em 30/04/2023 - 05:53

Campinas participará de audiência pública para discussão do Plano Plurianual do Estado

Fotos: Rodrigo zanotto

Uma das entradas do Hospital de Clínicas da Unicamp: na edição anterior do PPA, a área da Saúde esteve no topo das demandas da população, que pedia aumento de recursos para os hospitais e do número de vagas de UTI

Ronnie Romanini
ronnie.filho@rac.com.br

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

População é convidada a dar sugestões ao Plano Plurianual do Estado

Audiência virtual para conhecer as demandas da região de Campinas está marcada para 11 de maio

Os paulistanos terão a oportunidade de contribuir com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do governo do Estado de São Paulo com sugestões, apontamento de demandas e principais prioridades para a sua região em audiências públicas, que serão realizadas a partir da próxima semana. Em Campinas, a audiência está marcada para o dia 11 de maio, às 9h. Ela será virtual e qualquer pessoa poderá participar.

O PPA tem duração de quatro anos, com o início no segundo ano da última gestão eleita e o final no primeiro da gestão subsequente, e tem como finalidade definir quais serão os objetivos estratégicos do governo, as diretrizes e os programas do Estado - com recursos, indicadores e metas para cada área de atuação.

Saúde e Educação lideraram demandas do PPA anterior

No PPA 2020-2023 a audiência pública para a região de Campinas foi realizada na metrópole, no auditório da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (antiga CATI). À época, foram quase 400 manifestações entre demandas orais e ofícios, com as áreas da Saúde, Educação e Logística/Transporte aparecendo como as mais frequentes nas sugestões.

Em Saúde, a aquisição de ambulâncias, aumento de recursos para os hospitais, implantação de média e alta complexidade nas unidades hospitalares, aumento de vagas de UTIs e aquisição de medicamentos estavam entre as principais demandas da região de Campinas na audiência para o PPA anterior. Em Educação, as reivindicações focavam em construção de creches, implantação de escolas em tempo integral, construção de quadras com cobertura e melhor remuneração para os docentes.

O assessor na Subsecretaria de Planejamento, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), Silvio Mendonça, explicou que algumas demandas apresentadas de maneira mais ampla, como aumento de recursos e investimentos, foram atendidas. Entretanto, sobre demandas mais específicas (criação de creches e asfaltamento, por exemplo), ele disse que não havia um acompanhamento específico para entender se as demandas estavam sendo de fato atendidas.

Em Educação, as reivindicações se concentram na implantação de escolas em tempo integral, construção de creches e melhor remuneração

Mendonça informou que o governo estadual colocará em prática no PPA 2024-2027 o monitoramento do resultado das sugestões para que o cidadão saiba se elas foram acatadas ou rejeitadas.

"O passo seguinte que pretendemos para efetivar e evoluir esse monitoramento seria o dado concreto mesmo, acompanhar se a demanda acatada foi definitivamente implementada", acrescentou.

Além de Saúde e Educação, outra área que foi bastante mencionada pela população da região de Campinas na elaboração do PPA anterior foi a de Logística/Transporte, com pedidos para duplicação e recuperação de rodovias, pavimentação de vicinais, construção de pontes e obras de conservação, como recapeamento, melhorias de sinalização, trevos e acessos. Os participantes solicitaram, ainda, mais investimento em segurança pública; construção de unidades habitacionais; investimentos em turismo; apoio à tecnologia no campo e qualificação profissional ao produtor rural.

O assessor da Sefaz-SP citou que algumas regiões têm características e demandas específicas, como em áreas de mananciais, em que há maior preocupação com pautas ambientais, mas alguns temas são recorrentes em todo o Estado.

"As regiões têm algumas características específicas e é interessante que nas audiências públicas regionais a gente apresenta um panorama para o cidadão entender o contexto em que está. De modo geral, notamos que itens como educação, saúde, acolhimento social, infraestrutura, transporte e habitação costumam aparecer de forma meio generalizada entre todas as regiões".

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Ao todo, o governo estadual fará 18 audiências públicas virtuais do PPA 2024-2027, começando na próxima quinta-feira (4 de maio), com a Região Administrativa Central (Araraquara e São Carlos), e finalizando no dia 1º de junho com as regiões de Franca e Barretos. A audiência na Região Metropolitana e Administrativa de Campinas será a quarta, no dia 11.

Silvio Mendonça enfatizou a importância da participação popular para a definição das políticas públicas para o próximo quadriênio. A participação da população busca dar caráter mais efetivo, com uma melhor gestão do gasto público que seria aplicado em áreas que realmente sejam necessárias, uma vez que o PPA determina como serão realizadas as grandes obras (como construção de escolas e hospitais) e os serviços públicos.

Ele destacou que o governo estadual pretende estimular cada vez mais o diálogo com a população almejando uma melhor gestão do erário público e uma clareza melhor das necessidades daquele local, por isso a importância de se participar das audiências públicas.

"O governo do Estado de São Paulo entende que esse momento é muito relevante para a definição do que será política pública no estado para os próximos quatros anos, para que o gasto seja efetivo, com bom uso do recurso público. É uma diretriz do governo: procurar, com responsabilidade fiscal, atender às demandas do cidadão."

O assessor da Sefaz-SP explicou como funciona o PPA. Ele lembrou que todo governo tem as suas diretrizes e objetivos estratégicos e que há programas para que esses objetivos sejam alcançados. Depois, é a vez das ações, que são as entregas concretas. Em tese, o que estiver previsto no PPA, vai balizar o que de fato acontecerá.

"A finalidade do Estado, na essência, é atender aos cidadãos, viabilizar políticas públicas, dar concretude a elas. Para isso, tem que estar previsto no orçamento. Há situações emergenciais, que não estavam previstas, e aí o Estado também tem mecanismos para atender aquilo."

De acordo com Mendonça, às vezes há dificuldades para que o PPA seja de fato um instrumento eficaz para definir as prioridades governamentais, algo que o Estado pretende modificar. Para isso, o governo deve fazer uma avaliação e reflexão sobre os programas existentes e ver se eles reúnem condições de atender a uma determinada demanda, de solucionar o problema apontado. O site oficial do governo estadual evidencia a estratégia ao divulgar que "não há compromisso deste Governo com programas mal desenhados ou com entregas controversas e o Plano Plurianual é o instrumento privilegiado para uma profunda revisão daquilo que vem sendo implementado".

"A ideia é avaliar a efetividade dos programas e se realmente servem para resolver aquele problema, aquela demanda que está posta. Se ocorrer, eles vão permanecer. Serão até reforçados ou poderão ser criados outros - e isso será reavaliado constantemente", pontuou Silvio Mendonça.

O Projeto de Lei contendo o Plano Plurianual de 2024/2027 deve ficar pronto para ser enviado à Alesp até o dia 11 de agosto deste ano, quatro dias antes do prazo constitucional.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.